

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 045/2018/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 123/2018/PMNO

PREÂMBULO

O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado Rua Wilson de Almeida n.º 60, Bairro Jardim Ouro verde, CEP 78370-000 cidade de Nova Olímpia/MT neste ato representado pelo Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n.º 099.414.364-87, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Olímpia-MT, através da Pregoeira Oficial devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E) , na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" deverão ser entregues no Departamento de Licitações, localizada Rua Wilson de Almeida N.º 60, Bairro Jardim Ouro localizado Rua Wilson de Almeida n.º 60, Bairro Jardim Ouro verde, CEP 78370-000 cidade de Nova Olímpia/MT, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 h, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130. O Credenciamento e a Abertura da sessão serão feitas a partir das 08h00min do dia 25 de SETEMBRO de 2018, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E) na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme Especificações Técnicas e Quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

2. FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pelo decreto nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, decreto municipal 034 de 23 de maio de 2011, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 e nos casos omissos pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.
- 2.2. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 2.3. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima descrito, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 2.4. A sessão de processamento do pregão será realizada na Sala de Licitações do Município de Nova Olimpia no endereço, data e horário acima mencionados, e será conduzida pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio designada nos autos do processo em epígrafe.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar da presente licitação empresas interessadas do ramo, pertinentes ao seu objeto, que preencham as condições estabelecidas neste Edital, devendo constar em seu objeto social os serviços compatíveis com o objeto desta licitação, que comprovem sua qualificação conforme a Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes.
- 3.2. Não poderão participar neste PREGÃO:
- 3.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.2. Empresas que estejam suspensas de participar em licitação realizada pelo Município de Nova Olímpia-MT;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 3.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 3.2.4. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 3.2.6. Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam membros ou servidores deste Município.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Tratando-se de representante legal, deverá apresentar o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.2. Tratando-se de procurador, deverá apresentar a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 4.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. (Modelo de Procuração ANEXO).
- 4.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO).
- 4.4. A empresa que se enquadra nos moldes da Lei Complementar 123/06, deverá apresentar Certidão da Junta Comercial de sua sede comprovando ser Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, podendo assim se beneficiar dos direitos oferecidos pela referida Lei. Este documento deverá ter sua data de emissão com no máximo 180 dias da abertura do certame. A não apresentação deste Documento com a emissão no prazo citado exclui a utilização dos benefícios pela empresa solicitante.
- 4.5. Para efeito da LC 123/2003, as ME e EPP deverão apresentar, além dos documentos mencionados, a Declaração constante do (ANEXO), em mãos junto ao credenciamento.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 4.6. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.
- 4.7. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 4.1 e 4.2, a licitante não poderá participar da fase dos lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.
- 4.8. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira e/ou Equipe de Apoio.
- 4.9. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante, exceto quanto se tratar de Lotes (ou, conforme o caso, de itens) diversos, em que as licitantes representadas por apenas um credenciado não estejam competindo entre si.
- 4.10. A ausência do Credenciado e o uso de celular, em qualquer momento da sessão, sem a autorização da Pregoeira, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 5.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte também será exigida para efetivar a assinatura do contrato.
- 5.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.2.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666,



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 5.3. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 5.3.1. Na modalidade de pregão, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 5.4. Para efeito do disposto no item 5.3, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 5.4 a), serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos do item 5.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.4.1. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 5.4.2. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.4.3. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



6.1. Declarada aberta à sessão pela Pregoeira, o representante da licitante entregará os dois envelopes não transparentes e lacrados, um contendo a proposta de preços e outro os

documentos de habilitação.

6.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da

proponente, os seguintes dizeres nos modelos abaixo:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 00/2018

ENVELOPE N.º 01 − PROPOSTA DE PREÇOS

DATA DA ABERTURA: 00/00/2018

HORÁRIO: 08:00H

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL N.º 000/2018

ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO

DATA DA ABERTURA: 00/00/2018

HORÁRIO: 08:00H

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ

6.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer

processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para

autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3.1. Para efeitos de autenticação de documentos, a Pregoeira e equipe de Apoio, não

reconhecerá documentos apresentados em cópias autenticadas, mas somente documentos

originais.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 6.3.2. A licitante que necessitar de autenticação de documentos, deverá fazê-lo, preferencialmente, até às 16:00 horas do último dia útil que anteceder o dia marcado para abertura dos envelopes, ressalvando que, isso não significa qualquer análise ou julgamento dos documentos a serem apresentados na sessão.
- 6.4. Inicialmente, será aberto o Envelope das Propostas de Preços e, após, o Envelope dos Documentos de Habilitação.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 7.1. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas (Modelo Anexo). A última folha deverá ser datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (representante legal) sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação ter mais de um resultado e, ainda, contendo:
- a) Uma única cotação, contendo preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula) sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;
- b) A proposta deverá conter, obrigatoriamente, marca, preço unitário e total, expressos em reais, bem como todas as especificações dos serviços;
- c) Identificação da licitante, contendo: Razão Social, endereço completo, telefone/fax, número do CNPJ/MF;
- d) Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as descrições constantes do Anexo I, deste edital;
- e) Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- f) Conter prazo de entrega dos serviços, conforme termo de referência;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- g) Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser fornecido sem ônus adicionais;
- 7.2. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos; os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO), não implicando, a sua ausência, desclassificação da licitante.
- 7.3. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta (conforme valor de referência constante no Anexo I Termo de Referência);
- 7.4. A Pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;
- 7.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;
- 7.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas a Pregoeira.
- 7.7. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:
- 7.7.1. Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 7.7.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 7.7.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;
- 7.7.4. Que sejam manifestamente inexequíveis nos termos do art. 48 § 1º da Lei 8.666/93
- 7.7.5. Que forem enviadas via postal e não apresentarem as especificações dos serviços, apresentem obscuridade ou qualquer outro defeito que não possa ser sanado pela Pregoeira através dos meio legais e impostos neste edital.
- 7.8. A simples participação neste certame implica em:
- 7.8.1. Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;
- 7.8.2. Que a empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada em até 48 (quarenta e oito) horas, exceto no caso de justificativa aceita pelo Município, que estabelecerá novo prazo;
- 7.8.3. Comprometimento da empresa vencedora em executar os serviços, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos;

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 8.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:
- 8.1.1. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitado e sujeito às penalidades legais;
- 8.2. Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no envelope n. 02, são os seguintes:

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir.
- 8.2.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d", deste subitem não precisarão constar do envelope "documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.2.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (da sede da licitante ou outra prova equivalente), na forma da Lei;
- c.1) certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Conjunta Tributos e INSS);
- c.2) certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- c.3) certidão de regularidade com a Procuradoria Geral do Estado quanto à Dívida Ativa Estadual.
- c.4) certidão de regularidade com a Fazenda Municipal;
- d) certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- g) As Microempresas e Empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- g.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da lavratura da ata da sessão de abertura do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- g.2) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendose à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos.

8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da Sede da licitante, cuja data de expedição não anteceda em mais de 06 (seis) meses à data da apresentação das propostas.

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados indicando o fornecimento dos objetos entregue a pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo o detalhamento do desempenho da empresa requerente quanto à qualidade dos serviços, bem como do cumprimento no prazo de execução, ANEXO (modelo);
- b) A apresentação dos atestados especificados no item 8.3 alínea a), sem a especificação da qualidade e do cumprimento dos prazos na realização dos serviços implicará no indeferimento do pedido de inscrição.
- c) A empresa requerente será cadastrada no ramo de atividade que apresentar a comprovação de aptidão para o desempenho através do atestado previsto no item 8.3 alínea a), e desde que esteja previsto no objeto social da empresa.
- **8.3.1** Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA, ou CRQ, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto.
- **8.3.2-** Certidão de acervo técnico, registrado no CREA, ou CRQ em nome do responsável técnico da empresa licitante, com objeto compatível em características com o ora licitado.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- **8.8.3-** Registro ou inscrição da empresa licitante, pessoa jurídica em entidade competente (CREA) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Mato Grosso ou, CRQ (Conselho Regional de Química).
- **8.3.4** Registro ou inscrição da Pessoa Física em entidade competente (CREA) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, DE Mato Grosso ou CRQ (Conselho Regional de Química) onde o profissional é responsável técnico da Empresa Licitante.
- **8.3.5** Cópia da Licença de Operação de veículos licenciados pelos órgãos competentes (SEMA) com a atividade de fontes móveis de poluição para o transporte dos resíduos de serviços de saúde (CLASSE I) em nome da empresa licitante;
- **8.3.6** Comprovante de Licenciamento (Licença Operacional) emitido por Órgão Ambiental Competente, para unidade de Recebimento, Aterro Industrial de Classe I e II para disposição final dos Resíduos de Saúde, Químicos do Grupo B, devidamente licenciado, em nome da licitante ou apresentação de carta de anuência entre a licitante e a empresa detentora da licença de operação; **8.3.7** Apresentar no mínimo 2 (dois) atestados ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público, ou privado, comprobatórios da aptidão da empresa licitante para a execução dos serviços de coleta de resíduos de serviços de saúde, devidamente registrado junto ao CREA ou CRQ;
- **8.3.8** Prova de a empresa possuir Responsável Técnico em seu quadro social através de contrato de prestação de serviços, ou funcional permanente.
- **8.3.9-** Apresentar PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) bem como atestado de responsabilidade técnica (ART) do profissional responsável.
- **8.3.10** Apresentar PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) da empresa, assinado pelo médico responsável pelo programa.
- **8.3.11-** Apresentar Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e industriais, assinado pelo responsável técnico, bem como sua ART.
- **8.3.12-** Declaração de a Empresa possui recursos humanos e materiais para o cumprimento do objeto ora licitado.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- **8.3.13-** Apresentar LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho) assinado pelos responsáveis técnicos.
- **8.3.14-** Apresentar comprovante de Cadastro técnico Federal e certificado de regularidade, da empresa licitante junto ao IBAMA, (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).
- **8.3.15-** certificado de inspeção para transporte de produtos perigosos.
- 8.3.16- comprovação do curso do MOPP
- **8.3.17** comprovação de vinculo empregatício dos motoristas habilitados com a empresa.
- 8.3.18- licença de operação e armazenamento de resíduos

8.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração de idoneidade ANEXO (modelo);
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99) ANEXO (modelo);
- c) Declaração emitida pela licitante de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ANEXO (modelo);
- 8.5. Os documentos, conforme o caso, devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira e/ou Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

9. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 9.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 9.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 9.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 9.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 9.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 9.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 9.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da melhor proposta;
- 9.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 9.1.8. Declarar o vencedor;
- 9.1.9. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 9.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 9.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- 9.2. No horário e local, indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.3. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão a Pregoeira, a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo V deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 9.3.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E APLICAÇÃO DOS LANCES VERBAIS

- 10.1. A análise das propostas será feita pela Pregoeira, subsidiado pela Assessoria Jurídica, quando houver necessidade, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 10.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, a equipe de apoio ordená-las-á em ordem decrescente de preços e em seguida identificará a proposta de menor preço, classificando o seu autor, cujo conteúdo atenda as especificações do Edital e em seguida as propostas com valores sucessivos e superiores de até 10 (dez) por cento relativamente à de menor preço;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 10.4. O conteúdo das propostas do subitem anterior será analisado, desclassificando aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;
- 10.5. Não havendo, no mínimo, 03 (três) propostas válidas nos termos do subitem 10.3, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços por item oferecidos nas propostas escritas;
- 10.6. Em caso de empate das melhores propostas, todos os proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais;
- 10.7. A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a formular lances verbais, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.
- 10.8. Será vedado, portanto, a oferta de lance com vista ao empate.
- 10.9. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita;
- 10.10. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante da licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de telefone celular e outros;
- 10.11. A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;
- 10.12. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;
- 10.13. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 10.14. Ocorrendo à hipótese acima e havendo empate na proposta escrita, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;
- 10.15. Declarada encerrada a fase de lances, serão classificadas as ofertas na ordem decrescente de valor, a Pregoeira verificará a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



estimado para a contratação, hipótese em que o negociará diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

- 10.16. Não poderá haver desistência dos lances ofertados;
- 10.17. A Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito;
- 10.18. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado.
- 10.19. Se a oferta não for aceitável, a Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências;
- 10.20. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será declarada desclassificada pela Pregoeira;
- 10.21. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.
- 10.22. No que se refere aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total estimado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;
- 10.23. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 10.24. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, que será analisada nos termos da Lei 10.520, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 11.1. Encerrada a fase de lance, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade;
- 11.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos;
- 11.3. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, a Pregoeira examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital;
- 11.4. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Pregoeira poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o art. 48, §3° da Lei 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais.
- 11.5. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades formais nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 11.5.1. O conteúdo do dispositivo anterior não significa a possibilidade de substituição de documentos formalmente corretos, mas com data de validade expirada ou que apresentem informações que importem na inabilitação ou desclassificação da licitante.
- 11.5.2. A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser, anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo, impossibilidade devidamente justificada.
- 11.5.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 11.6. Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio.
- 11.7. A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- 11.8. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.
- 11.8.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 11.9. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

12. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Os recursos deverão ser interpostos, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pela Pregoeira, devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata;
- 12.2. A Pregoeira indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata;
- 12.3. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão;
- 12.4. As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contra razões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 12.5. Os recursos poderão ser enviados no e-mail do setor de licitações: licitacao@novaolimpia.mt.gov.br, e o original deverá ser enviado pelo correio ou protocolado no, no setor de licitações. Os recursos deverão estar assinados por pessoa que comprove ser o representante legal da empresa, tendo poderes para interpor tal recurso.
- 12.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 12.7. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 12.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 12.10. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.
- 12.11. A Adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pela Pregoeira, ficará sujeita a homologação pelo prefeito municipal.
- 12.12. Para fins de homologação, havendo necessidade, o proponente vencedor ficará obrigado a apresentar nova proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação realizada na audiência pública do Pregão;
- 12.13. No caso do adjudicatário, se convocado, não receber a Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, o Município poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido contratada.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



12.14. A adjudicação será feita considerando-se a totalidade do objeto.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Homologado o procedimento, será adjudicado ao primeiro classificado, pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 13.2. A Assessoria Jurídica convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital (ANEXO XI), sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidades legais, além da execução dos serviços está estritamente vinculado à referida assinatura, bem como sua publicação legal.
- 13.2.1. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento Jurídico.
- 13.2.1.1. A recusa injustificada das empresas indicadas para registro em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, propiciará a aplicação das penalidades legais.
- 13.2.1.1.1. Considera-se recusa injustificada, o não comparecimento do(s) proponente(s), no prazo fixado no presente edital.
- 13.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Município poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e fornecer o objeto deste Pregão em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1. Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;
- 13.3.2. Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.
- 13.4. Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 13.2 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 13.5 Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.
- 13.6. A existência do preço registrado não obriga o Município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- 13.7. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

14. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Município promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 14.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 14.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 14.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 14.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 14.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 14.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



15. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, neste caso o Município de Nova Olímpia, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e no Decreto 7.892/13 relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 15.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 15.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 15.4. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 15.5. O Município somente autorizará adesão à ata após ter realizado sua primeira aquisição ou contratação do objeto contratado.
- 15.6. Após a autorização o Município, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 15.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



15.8. O Município será o órgão responsável pelos atos, controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelo órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o fornecedor para o qual será emitida a autorização de fornecimento/pedido.

16. DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. A contratação será pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 16.2. Para aquisição do objeto será expedido pelo Município Ordem de Serviços, conforme especificações constantes no presente edital.
- 16.3. Na hipótese de a licitante primeira classificada não atender a Ordem de Serviços no prazo e condições estabelecidos, o Município poderá adotar as medidas previstas no item 13.3 deste Edital.
- 16.4. A contratação resultante do objeto deste Edital reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.
- 16.5. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto deste pregão.

17. DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 17.1. Os serviço deverão ser executados em local indicado pelo Município, na área urbana da Cidade de Nova Olímpia-MT.
- 17.2. O prazo máximo para atendimento presencial, após o recebimento das requisições emitidas pelas secretarias interessadas será em ate 24 horas.
- 17.3. Os pedidos serão feitos conforme necessidade dos departamentos das secretarias do Município, assim como o local ou endereço será definido conforme solicitação/requisição emitidas pela mesma.
- 17.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 17.5. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução, reservando-se ao Município o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em conformidade com a quantidade e especificações contidas neste Edital e seus anexos.
- 17.6. No ato da execução, caso os serviços sejam recusados, os mesmos serão rejeitados, devendo haver reposição de acordo com o estabelecido pelo Município.
- 17.7. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 17.8. Dentro do período de garantia, a correção de defeitos na execução dos serviços pela CONTRATADA/FORNECEDOR REGISTRADO deverá ser efetuada sem qualquer ônus para o ORGAO GERENCIADOR, seja financeiro ou de atraso na prestação de outro(s) serviço(s), desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão das especificações feitas pelo ORGAO GERENCIADOR ou por terceiros contratados para esta finalidade, dentro de um prazo máximo de 05 (cinco) dias, podendo ser prorrogado devidamente justificado.

18. DA ACEITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. O objeto da presente licitação será recebido pelo Município na forma estipulada no item anterior.
- 18.2. Executado os serviços, se estiverem em perfeitas condições, devidamente atestado, será recebido, por servidor especialmente designado, que assinará o "TERMO DE RECEBIMENTO".
- 18.3. O Termo de Recebimento somente será assinado se a licitante vencedora tiver atendido todas as condições especificadas neste Termo de Referência, bem como as especificações apresentadas na sua Proposta.
- 18.4. Os serviços, objeto deste Pregão, serão considerados aceitos somente após terem sido atestados, conferidos pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste Edital.
- 18.5. Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo do FORNECEDOR REGISTRADO o controle de qualidade da execução de sua



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

- 18.6. O transporte e ou entrega dos serviços, objeto deste pregão, será de responsabilidade da empresa contratada.
- 18.7. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ORGAO GERENCIADOR poderá:
- a) com respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- c) com respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) na hipótese de complementação, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ORGAO GERENCIADOR, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 18.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do Município deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018, e em dotações consignadas para o exercício seguinte, e terão a seguinte classificação orçamentária:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000

06.060.0.2.10.302.0020.2130.3.3.90.39.00.00.0114000000

20. DO PAGAMENTO

20.1. Para efeito de pagamento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá encaminhar as notas fiscais de fatura ao Departamento de Compras para sua conferência e posterior pagamento em dia pela contabilidade e tesouraria.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 20.2. O número do CNPJ constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 20.3. O pagamento dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- 20.4. O pagamento será realizado até o 10º dia útil subsequente a entrega da Nota Fiscal.
- 20.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR REGISTRADO e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.
- 20.6. Caso os pagamentos não sejam efetuados nos prazos previstos neste Edital, por culpa do Município, o valor será atualizado monetariamente a partir daquela data, até a do efetivo pagamento, pelo índice oficial de correção monetária adotado pelo Governo Federal na época.
- 20.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 20.8. O pagamento será através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da contratada, no Banco que a mesma informou em sua proposta.
- 20.9. Junto às Notas Fiscais ao FORNECEDOR REGISTRADO deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS, sem as quais fica impossibilitada a efetiva liquidação do pagamento.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGAO GERENCIADOR

- 21.1. Efetuar com pontualidade ao FORNECEDOR REGISTRADO os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- 21.2. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;
- 21.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;
- 21.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente edital, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 21.5. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do Contratado;
- 21.6. Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização;
- 21.7. Fornecer ao FORNECEDOR REGISTRADO as informações e a documentação técnica indispensável a execução dos serviços;
- 21.8. Comunicar, por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados com a contratação do objeto desta licitação.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 22.1. Ao FORNECEDOR REGISTRADO obriga-se a fornecer o objeto deste certame, conforme as condições definidas no Edital.
- 22.1.1. Em nenhuma hipótese será aceita a subcontratação total ou parcial dos mesmos.
- 22.2. A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta.
- 22.3. Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização do Município.
- 22.4. Permitir a fiscalização dos serviços e qualidade final por parte de representantes do ORGAO GERENCIADOR ou de quem esta indicar, devidamente credenciados, fornecendo-lhes todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas.
- 22.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao ORGAO GERENCIADOR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme o art. 70 da Lei 8.666/93.
- 22.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.7. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao ORGAO GERENCIADOR.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 22.8. Observar as normas legais a que está sujeita para execução dos serviços e apresentar, sempre que solicitado, esclarecimentos que comprovem a eficiência dos serviços.
- 22.9. Ressarcir ao Município o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do material adquirido, exceto quando isso ocorrer por exigência do ORGAO GERENCIADOR ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao ORGAO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.
- 22.10. Exigir de seu pessoal e fiscalizar o uso de equipamento e materiais de segurança necessários à execução do objeto desta licitação, bem como o cumprimento das normas e medidas de segurança.
- 22.11. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o ORGAO GERENCIADOR qualquer vínculo empregatício.
- 22.12. Executar os serviços de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 22.13. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao ORGAO GERENCIADOR, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo ORGAO GERENCIADOR.

23. DAS PENALIDADES

23.1. A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maiores, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse do Município de Nova Olímpia:



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- a) Advertência;
- b) Multas:
- I. Por entregar executar os serviços fora do prazo pré-estabelecido pela ORGAO GERENCIADOR, determinados neste termo de referência. Multa de 5% (cinco por cento) do valor unitário do contrato;
- II. Por não estarem os serviços de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência. Multa de 5% (cinco por cento) do valor unitário do contrato;
- III. Por não atender solicitação de informações da fiscalização do Município de Nova Olímpia, dentro dos prazos estipulados. Multa de 2% (dois por cento) do valor unitário do contrato, por ocorrência;
- IV. Por não sanar imediatamente irregularidades identificadas pela fiscalização do Município de Nova Olímpia. Multa de 3% (três por cento) do valor unitário do contrato, por ocorrência;
- V. Não atendimento às demais obrigações contratuais. Multa de 1% (um por cento) do valor unitário do contrato, por irregularidade não especificada expressamente nas letras anteriores. A reincidência do não cumprimento de qualquer obrigação determinada neste Termo de Referência sujeitará à contratada, a critério da fiscalização do Município de Nova Olímpia, as multas de graduações mais elevadas, ou à rescisão contratual.
- VI. Considera-se como preço unitário do contrato, para fins de incidências de multas, o valor da última fatura.
- VII. A soma das multas aplicadas sobre o valor da última fatura não poderá exceder o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.
- c) Responder por perdas e danos ocasionados ao Município de Nova Olímpia os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Nova Olímpia, enquanto perdurarem os motivos.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- e) Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Nova Olímpia, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.
- 23.2. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de Nova Olímpia, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei nº 8.666/93.
- 23.3. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 23.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa adjudicatária ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;
- 23.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa adjudicatária da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Nova Olímpia;
- 23.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;
- 23.7. Das sanções acima caberá o direito do contraditório e a ampla defesa.

24. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 24.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de documento protocolado na sede do Município, de acordo com o § 2°, do artigo 41, da Lei 8.666/93.
- 24.1.1. Caberá, a Pregoeira do Município, decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 24.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 24.2. Impugnações ou pedidos de esclarecimentos protocolados fora do prazo não serão considerados;
- 24.3. Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame;
- 24.4. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e legislação vigente.
- 24.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93, da Lei 8.666/93.

25. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 25.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.2. A licitante deverá examinar as disposições contidas neste Edital e seus anexos, uma vez que a apresentação da Proposta de Preços e Documentação de Habilitação subentende a aceitação incondicional de seus termos independentes de transcrição, bem como, o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceitas alegações de desconhecimento de qualquer pormenor constante do Edital.
- 25.3. Após a homologação e adjudicação desta licitação, não será permitido ao licitante declarado vencedor, o direito de cancelamento da proposta, ou rescindir o contrato correspondente, ficando o mesmo sujeito as penalidades previstas neste Edital, concomitantemente as demais normas previstas na legislação pertinente.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 25.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, o Município de Nova Olímpia reserva o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulála, no todo ou em parte, por vícios ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento ou abertura da PROPOSTA COMERCIAL ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- 25.5. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar erros ou simples omissões puramente formais, em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e o caráter competitivo do presente pregão.
- 25.6. O Município de Nova Olímpia poderá de ofício ou por provocação de terceiros, revogar ou anular, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de conveniência, oportunidade administrativa ou ilegalidade, devidamente comprovada, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 25.7. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica na aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnarem os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento, apresentar falhas e irregularidades que o possam viciar.
- 25.8. A publicidade de atos pertinentes à licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação no Diário da Oficial da AMM (Associação Mato-Grossense dos Municípios) e no site www.novaolimpia.mt.gov.br, e comunicado via fax e e-mail aos interessados, quando for o caso.
- 25.9. É facultado a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das Propostas, no ato da sessão pública, nos termos do § 3º do Art. 43, da Lei Federal n° 8.666/93.
- 25.10. Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar o Município de Nova Olímpia, sito a Avenida Mato Grosso N.º 175, Bairro Centro, Telefone: (65) 3332-1130, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessário.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



25.11. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

26. DO FORO

26.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da comarca de barra do bugres/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

27. DOS ANEXOS

- 27.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
- Anexo I. Termo de Referência;
- Anexo II. Modelo de Procuração;
- Anexo III. Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo IV. Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- Anexo V. Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo VI. Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo VII. Modelo de Declaração de Cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
- Anexo VIII. Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
- Anexo IX. Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo X. Modelo de Declaração de que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações;
- Anexo XI. Minuta da Ata de Registro de Preços;

Nova Olímpia-MT, 05 de setembro de 2018



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ELIETE SILVA

Pregoeira Oficial

De Acordo: José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este termo de referência tem como objeto ao o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E).

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES POSSIVEIS E ESTIMADAS

2.1. Especificações e quantidades de serviços a serem executados, ora discriminados na tabela abaixo, e, no seu bojo, as formas e condições da sua execução futura:

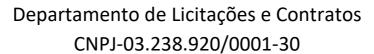
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇAO DOS	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
		DE	SERVIÇOS		
		MEDIDA			
1	4.770	KG	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E).	6,45	30.766,50

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Município



Secretaria Municipal de Administração





O Município de NOVA OLÍMPIA localiza-se na Região do Médio Norte de Mato Grosso, com uma população urbana total estimada pelo IBGE (2010) em 18.704 habitantes, sendo que no ano de 2013 estima-se que o numero de habitantes seja em torno de 17.595 habitante não oficializado.

1.2 Contratante

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, localizada na Rua Amazonas nº 185 W, Centro, NOVA OLÍMPIA, Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o № 11.385.751/0001-90, fone (065) 3332-1726.

1.3 Área de Abrangência do Projeto

A área de interesse deste projeto é a zona urbana do Município de NOVA OLÍMPIA, com população urbana estimada em 17.595 habitantes.

UBS	Endereço		
Unidade Mista De			
Saúde e UBS –	Rua Amazona, nº 155 - centro		
Centro			
UBS – Boa Esperança	Rua Pedro Pedrossian, S/N – JD. Boa Esperança		
UBS – Ouro Verde I	Rua Pedro Pedrossian, nº 105 – JD. Ouro Verde		
UBS – Ouro Verde II	Rua JK, S/N, esquina c/Av. Carlos G. Bezerra – JD. Ouro Verde.		
UBS – São João	Rua Argentina, S/N.		

2. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E), de acordo com as normativas e legislações vigentes.

2.1 NORMAS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS:

- CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente Resolução nº 6, de 19 de setembro de 1991 "Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos".
- Resolução nº 5, de 05 de agosto de 1993 "Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de *serviços de saúde*, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários".



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- Resolução nº 237, de 22 de dezembro de 1997 "Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente".
- Resolução nº 283, de 12 de julho de 2001 "Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde".
- Resolução nº 316, de 29 de outubro de 2002 "Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos".
- ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
- NBR 12235 Acondicionamento de resíduos sólidos perigosos, de abril de 1992.
- NBR 12810 Coleta de resíduos de serviços de saúde de janeiro de 1993.
- NBR 13853 Coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes Requisitos e métodos de ensaio, de maio de 1997.
- NBR 7500 *Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Acondicionamento de Material,* de março de 2000.
- NBR 9191 *Sacos plásticos para acondicionamento de lixo Requisitos e métodos de ensaio,* de julho de 2000.
- NBR 14652 *Coletor-transportador rodoviário de resíduos de serviços de saúde*, de abril de 2001.
- NBR 14725 Ficha de informações de segurança de produtos químicos FISPQ julho de 2001.
- NBR 8754 Resíduos Sólidos Classificação, segunda edição 31 de maio de 2004.
- CNEN Comissão Nacional de Energia Nuclear NE-3.01 Diretrizes Básicas de Radioproteção.
- NN-3.03 Certificação da qualificação de Supervisores de Radioproteção.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- NE-6.02 Licenciamento de Instalações Radiativas.
- NE-6.05 Gerência de Rejeitos em Instalações Radiativas.
- ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 **Dispõe** sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

RDC nº 255, de 14 de novembro de 2002 - Ficam proibidos, em todo o território nacional, enquanto persistirem as condições que configurem risco à saúde, o ingresso e a comercialização de matéria-prima e produtos acabados, semi-elaborados ou a granel para uso em seres humanos, cujo material de partida seja obtido a partir de tecidos/fluidos de animais ruminantes, relacionados às classes de medicamentos, cosméticos e produtos para a saúde, conforme discriminado.

- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA Instrução Normativa CTNBio nº 7 de 06/06/1997.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE Diretrizes gerais para o trabalho em contenção com material biológico 2004. Portaria SVS/MS 344 de 12 de maio de 1998 Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Portaria no 3.214, de 08 de junho de 1978 Norma Reguladora NR-7- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- OMS Organização Mundial de Saúde Safe management of waste from Health-care activities. Emerging and other Communicable Diseases, Surveillance and Control - 1999.

3. PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

3.1 Definição de Serviço de Saúde: Qualquer atividade de natureza médico-assistencial humana ou animal - clínicas odontológicas, veterinárias, farmácias, centros de pesquisa - farmacologia e saúde, medicamentos vencidos, necrotérios, funerárias, medicina legal e barreiras sanitárias.

De acordo com a RDC ANVISA no 256/04 e a Resolução CONAMA no 358/2005, são definidos como geradores de RSS: Todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para a saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias inclusive as de



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde, centro de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro, unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura, serviços de tatuagem, dentre outros similares.

3.2 CLASSIFICAÇÃO:

A classificação dos RSS vem sofrendo um processo de evolução contínuo, na medida em que são introduzidos novos tipos de resíduos nas unidades de Saúde e como resultado do conhecimento do comportamento destes perante o meio ambiente e a saúde, como forma de estabelecer uma gestão segura com base nos princípios da avaliação e gerenciamento dos riscos envolvidos na sua manipulação.

Os resíduos de serviços de saúde são parte importante do total de resíduos sólidos urbanos, não necessariamente pela quantidade gerada (cerca de 1% a 3% do total), mas pelo potencial de risco que representam à saúde e ao meio ambiente.

Os RSS são classificados em função de suas características e consequentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde.

De acordo com a RDC ANVISA no 256/04 e Resolução CONAMA no 358/05, os RSS são classificados em cinco grupos: **A, B, C, D e E.**

Grupo A - engloba os componentes com possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção. Exemplos: placas e lâminas de laboratório, carcaças, peças anatômicas (membros), tecidos, bolsas transfusionais contendo sangue, dentre outras. (objeto a licitar).

Grupo B - contém substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Ex: medicamentos apreendidos, reagentes de laboratório, resíduos contendo metais pesados, dentre outros. (objeto a licitar).

Grupo C - quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, como, por exemplo, serviços de medicina nuclear e radioterapia etc. (efeito de conhecimento).



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



Grupo D - não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. Ex: sobras de alimentos e do preparo de alimentos, resíduos das áreas administrativas etc. (efeito de conhecimento).

Grupo E - materiais perfuro-cortantes ou escarificantes, tais como lâminas de barbear, agulhas, ampolas de vidro, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, espátulas e outros similares. (objeto a licitar).

3.3 APRESENTAÇÕES DOS PLANOS DE TRABALHO

Os Planos de trabalho deverão apresentar, obrigatoriamente:

- a) Detalhamento de todos os itens constantes deste Termo de Referência;
- b) Memorial de cálculo do dimensionamento de equipamentos e sistemas;
- c) Deverá ser apresentado Plano de Segurança do Trabalho contemplando todas as atividades constantes neste Termo de Referência. (PCMSO E PPRA).

Obs: O mapa com as rotas deverão ser solicitados por e-mail, para o setor de Licitações do Município de Nova Olímpia-MT, que irá enviar em arquivo compactado sendo que este já se encontra disponível no cujo qual faz parte o *Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Saúde do Município de NOVA OLIMPIA - MT*.

4. ESTUDOS E TERMO DE REFERÊNCIA

4.1 Serviços de Coleta de Resíduos de Saúde Municipal de NOVA OLÍMPIA - MT:

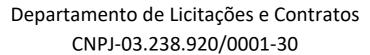
Este serviço consiste na remoção de Resíduos de Saúde Municipal de NOVA OLÍMPIA - MT, regulares produzidos por estabelecimentos de órgãos públicos citadas neste termo em (locais de coleta) no perímetro urbano do municipío. A operacionalização deste serviço será efetuada nas unidades de acordo com a norma regulamentadora. O veículo coletor que deverá ser fechado e equipado com materiais de segurança básico conforme especificações e normas percorreram os itinerários pré-estabelecidos, respeitando o horário das viagens programadas, contendo uma guarnição composta de 01 (um) motorista e 02 (dois) coletoras, e Bombonas de substituição em cada estabelecimento que for recolhido o recipiente cheio.

Estes coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com cuidado para não danifica-los. A guarnição deverá apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizado, sempre munido de equipamentos de proteção individual como, calçados, luvas, capas, e todo material de EPI especificado nas normativas citadas acima.

4.2 Estimativa do volume de lixo a ser coletado:



Secretaria Municipal de Administração





O SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de NOVA OLIMPIA – MT) é o órgão responsável pela coleta e disposição final de resíduos de classe A,B, e E, comprova por meio de pesagens mensais que o Resíduo de Saúde Gerado nas instituições municipais é cerca de até **225 kg** mês. Distribuído conforme quadro abaixo:

UBS	Endereço	Estimativa do peso do resíduo gerado por local.
Unidade Mista De Saúde	Rua Amazona, nº 155 - centro	125kg POR VIAGEM
Saúde UBS – Boa Esperança	Rua Pedro Pedrossian, S/N – JD. Boa Esperança	25kg POR VIAGEM
UBS – Ouro Verde I	Rua Pedro Pedrossian, nº 105 – JD. Ouro Verde	25kg POR VIAGEM
UBS – Ouro Verde II	Rua JK, S/N, esquina c/Av. Carlos G. Bezerra – JD. Ouro Verde.	25kg POR VIAGEM
UBS – São João	Rua Argentina, S/N.	25kg POR VIAGEM
	TOTAL	225 kg por viagem mensal

4.3 Dados e Cálculos da Coleta de Transporte de Lixo

- Quantidade de viagens mensais para transporte do resíduo de saúde:
 - 01 (UMA) viagens por mês, o serviços de coleta será no dia a combinar entre contratante e contrata após o processo licitatório.

4.4 Descrição dos Serviços

A coleta deverá abranger a todos os geradores públicos municipal que produzam resíduos de saúde e os mesmos deverão ser armazenados em embalagem de acordo com as normas de regulamentação de armazenagem e disposição final de resíduos de saúde, no caso Bombonas cedidas por comodato pela empresa contrata, de acordo com a capacidade de armazenamento de cada unidade prevista pela produção semanal em Kg.

Deverão ser recolhido material somente materiais de classe tipo A,B e E

O veículo coletor devera ter que disponibilizar maneiras de controle de horário de saída e chegada no local de recolhimento, como por exemplo planilhas onde terá que conter a assinatura de um funcionário da unidade de saúde, e este serviço terá que ser disponibilizados para o SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE junto com as medições mensais. O serviço serve para monitorar a frota de veículos e em casos de duvida teremos como comprovar aos interessados. O



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



recolhimento dos resíduos se dará direto do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo.

Os resíduos caídos durante a coleta deverão ser recolhidos de maneira a cumprir as normas e resoluções vigentes, devendo o local estar limpo ao final do processo de coleta.

Os funcionários (coletores) serão terminantemente proibidos de fazer catação ou triagem de resíduos, de ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, e de pedirem gratificação ou donativos de qualquer espécie aos munícipes.

A equipe de coletores deverá transitar na cabine do veículo entre os setores e durante o transbordo.

O motorista, além de experiência em serviços similares dentro de área urbana, deverá ter como características ser cauteloso e cordial com a comunidade além de comprovar a qualificação através de curso de direção defensiva.

Os coletores deverão possuir capacidade física para o desempenho da função, trabalhar em boas condições de asseio pessoal e apresentação e serem educados com a comunidade, evitando que os serviços transcorram sem algazarras e de forma ordeira.

A Contratada, no período de vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso das EPI's, excluindo o SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e o Município de NOVA OLÍMPIA de quaisquer reclamações. Também serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os seguros, inclusive os referentes ao uso de materiais ou de locais eventualmente postos à disposição pela Administração do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, bem como o ressarcimento eventual de danos materiais ou pessoais causados a empregados ou aos terceiros em consequência da execução dos serviços contratados.

A Contratada, durante a vigência do contrato, deverá cumprir as determinações do Acordo Coletivo do sindicato da categoria.

O SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE poderá exigir a substituição de empregado da empresa contratada que estiver prestando serviços do presente contrato com conduta inadequada.

É vedado à Contratada ceder, subcontratar, terceirizar no todo ou em parte a prestação do serviço sem estar expressamente autorizada pela Administração do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Qualquer cessão ou subcontratação feita sem autorização será nula sem qualquer efeito.

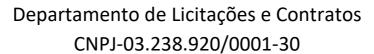
O SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE poderá exercer vistorias periódicas nas dependências da Contratada, para fins de fiscalização dos requisitos estabelecidos em contrato.

O Plano Municipal de Resíduo de Saúde terá que ser rigorosamente seguido.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE exigirá, no ato da contratação, uma cópia autenticada dos certificados de Licenciamentos Ambientais necessários para a atribuição dos serviços de Coleta, Transporte e destinação final de Resíduos de Saúde no Estado de Mato Grosso,



Secretaria Municipal de Administração





expedida pela (SEMA), deverão ser entregues junto com as medições mensais como requisito de pagamento para a contratada.

4.5 Área de Abrangência dos Serviços

Os serviços de coleta de resíduos de saúde deverão ser realizados em periodicidades e turnos de acordo com a tabela a seguir:

RELAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE A SEREM COLETADOS CONFORME FREQUENCIA.

UBS	Endereço	Coleta uma vez por mês.
Unidade Mista De Saúde	Rua Amazona, nº 155 - centro	125kg POR VIAGEM
Saúde UBS – Boa Esperança	Rua Pedro Pedrossian, S/N –	25kg POR VIAGEM
Saude OBS – Boa Esperança	JD. Boa Esperança	23kg FOR VIAGEIVI
UBS – Ouro Verde I	Rua Pedro Pedrossian, nº 105	25kg POR VIAGEM
OBS - Outo verue i	– JD. Ouro Verde	23kg FOR VIAGLIVI
	Rua JK, S/N, esquina c/Av.	
UBS – Ouro Verde II	Carlos G. Bezerra – JD. Ouro	25kg POR VIAGEM
	Verde.	
UBS – São João	Rua Argentina, S/N.	25kg POR VIAGEM
	TOTAL	225 kg por viagem mensal

Acima se encontra a relação de unidades de saúde a serem coletados conforme frequência, sendo que, poderão surgir novas unidades e com isso poderá haver mudança das rotas e dias conforme a solicitação da contratante, sendo que a mesma será paga por quilogramas recolhido. Será acatados os endereços descritos nos quadros acima descritos, bem como com as rotas realizadas atualmente, que deverão ser definidas posteriormente com a Equipe Técnica do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. As rotas poderão sofrer ajustes ao longo do tempo, mediante solicitação da CONTRATADA ou por determinação do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para que o serviço de coleta de resíduos de saúde seja prestado da melhor forma possível em benefício da população Novaolimpiense. Sendo inicialmente recolhido uma vez por mês nos locais estabelecidos nos quadros acima endereço de localização fornecido pelo SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

4.6 Recursos Humanos

A guarnição para o veículo coletor deverá ser composta por:

- 01 (um) motorista



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 02 (dois) coletores de resíduos

Todos os componentes da equipe deverão estar devidamente capacitados para as atividades descritas para estes serviços.

Além dos trabalhadores listados para as atividades operacionais, é necessário que a Contratada disponibilize Encarregado Geral/Gerente, em tempo proporcional para atender adequadamente às necessidades deste serviço perante a contratante (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE).

A empresa deverá contar com 01 (um) Engenheiro Sanitarista, Ambiental ou Engenheiro Civil com experiência comprovada em coleta/tratamento de resíduos de saúde. Não será necessário que este profissional seja residente no Município de NOVA OLÍMPIA – MT, mas que seja do estado e, porém será o responsável técnico pela prestação de serviço.

4.7 Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

A Contratada deverá apresentar comprovadamente, método eficiente de treinamento e fiscalização do trabalho de coletores e motoristas.

Os funcionários da operação deverão apresentar-se sempre uniformizados, e utilizando equipamentos de proteção individual, conforme à seguir:

- a) Calça
- b) Calçado de segurança
- c) Camiseta
- d) Jaleco
- e) Boné (quando necessário)
- f) Luva de proteção
- g) Capa de chuva (quando necessário)

Além dos uniformes e EPI's listados acima, a Contratada deverá fornecer protetor solar para os trabalhadores.

A quantidade de uniforme a ser distribuída por funcionário, bem como a sua reposição será conforme previsto em planilha de custos garantindo a boa apresentação e o asseio pessoal dos mesmos.

Não será permitida a permanência, na equipe de trabalho, de funcionários com uniformes



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



rasgados, fora das normas e resoluções ou sujos.

4.8 Especificações de Equipamentos, Ferramentas e Materiais.

A coleta deverá ser efetuada por 01 (um) veículo fechado e equipado com capacidade mínima que atenda a quantidade estimada da coleta de resíduos de saúde, equipado com sistema de coleta e acondicionamento de material contaminado.

O veículo deverá ser lacrado de forma a evitar o vazamento de líquidos, e deverão ter compartimento para a guarda de ferramentas necessárias à complementação dos serviços.

A empresa deverá possuir veículo de apoio e manutenção, com no máximo 05 (cinco) anos de uso durante todo o período contratual, e o veículo de coleta deverá estar em perfeitas condições e obrigatoriamente com tempo de uso não superior a 05 (cinco) anos.

A marca e o modelo entre outras características do veículo ficam a critério da contratada, respeitadas as demais condições anteriormente estabelecidas.

No veículo deverá constar a identificação da empresa prestadora do serviço, pois no município existem outras empresas que prestam serviços para hospitais, clinicas e instituições de saúde particulares, por isso a necessidade de expressar a população que este veículo estará disponível realizando a coleta do resíduo de saúde municipal.

O veículo devera ter higienização correta mediante as normas e legislações citadas neste termo de referência.

A licitante deverá apresentar memorial de cálculo da quantidade de equipamentos propostos. O dimensionamento do veículo e equipamentos deverá ser comprovado por memorial de cálculo tomando-se como parâmetro, no mínimo, o equivalente aproximadamente a 250 kg de produção mensal de resíduos regulares e as taxas de crescimento populacional durante o período do contrato, conforme índice do IBGE.

A Contratada deverá contar com plano de manutenção preventiva da frota, comprovada periodicamente, através de relatório circunstanciado da empresa ou oficina que realiza a manutenção, com apresentação nas notas fiscais de peças e serviços.

4.9 Critério de Medição e Pagamento

A medição e pagamento dos serviços de coleta de resíduos de saúde serão realizados mensalmente, por quilograma de resíduos coletados e destinados corretamente conforme as normas e legislações vigentes.

O pagamento será realizado até o 10º dia útil do mês subsequente, conforme quantidade de quilogramas de resíduos coletados, mediante a apresentação de planilha de controle de coleta, comprovação de destinação final correta, uma cópia autenticada dos certificados de Licenciamentos Ambientais necessários para a atribuição dos serviços de Coleta, Transporte e



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



destinação final de Resíduos de Saúde no Estado de Mato Grosso, expedida pela (SEMA).

4.10 Instalações Mínimas

A licitante deverá apresentar uma descrição detalhada das instalações que serão utilizadas como apoio aos serviços objeto desta licitação, para fins de guarda de veículos, equipamentos, administração, armazenamento até a mesma dar a destinação correta conforme as normativas do objeto do presente Termo.

Essas instalações devem contemplar às necessidades de manutenção, abastecimento e guarda dos equipamentos e as da administração e atendimento aos funcionários, constando de, no mínimo:

- setor administrativo;
- setor de controle de operação;
- setor de almoxarifado;
- vestiários/banheiros/ para higienização após as coletas.

Todas as despesas necessárias para manutenção e funcionamento das instalações correrão por conta da empresa vencedora.

4.11 Orçamento/Planilha de Custo

Este orçamento foi elaborado levando-se em consideração as composições de preços apresentadas, preços de insumos de mão de obra, ferramentas, materiais e combustíveis locais, quilometragem rodada até o município mais próximo para a destinação final do resíduo autorizada pela SEMA do estado no caso Cuiabá ou Várzea Grande, quanto aos equipamentos que foram utilizados, apresentados em anexo. Segue abaixo Planilha de Quantidade para Licitantes:

4.11.1 - MÃO DE OBRA

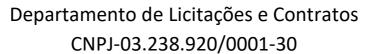
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	
01	Motorista	Unid.	01			
02	Gari Coletor	Unid.	02			
	Engenheiro Civil /					
03	Sanitarista / Ambiental –	Unid.	01			
	Resp. Técnico					
TOTAL	TOTAL FUNCIONÁRIO(S):					

4.11.2 - UNIFORMES / EPI'S

ITEM	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
01	Motorista		



Secretaria Municipal de Administração





1.1	Calça/Camisa/Bota – 06 x01 = 06			
02	Garis (coletor)			
2.1	Calça – 10 un/ano x 02 garis coletores = 20			
2.2	Calçado de segurança – 04 pares/ano x 02 garis coletores = 08			
2.3	Camiseta – 04 un/ano x 02 garis coletores = 08			
2.4	Jalecos – 04 un/ano x 02 garis coletores = 08			
2.5	Boné – 02 un/ano x 02garis coletores = 04			
2.6	Luva de proteção – 25 pares/ano x 02 garis			
	coletores = 60			
	TOTAL UNIFORM	IE EPI'S	R\$	

4.11.3 - VEÍCULOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
01	Veículo coletor para realização do serviço,	Unid.	01		
	conforme item 4.8 deste Termo.				
	R\$				

4.11.4 - RESUMO DOS CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
01	Custo de Mão de Obra	01		
02	Custo De Uniformes /	01		
	Epi's			
03	Custo dos Veículos	01		
04	Tratamento e	01		
	Destinação final. (por			
	quilo)			
TOTAL	MENSAL			R\$

4.11.5 - CUSTO UNITÁRIO POR KILOGRAMA DE LIXO COLETADO

ı	TEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	UNIT.	TOTAL ANUAL
	01	COLETA,TRANSPORTE, RATAMENTO E DESTINAÇÃO	KILO	4.770	R\$ 6,45	R\$ 30.766,50



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



FINAL DOS RESÍDUOS	
SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA	
SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA	
OLIMPIA – MT,	
CLASSIFICADOS PELOS	
GRUPOS (A, B e E),	
DESTINAÇÃO FINAL DE	
ACORDO COM AS	
NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES	
VIGENTES.	

5. ESPECIFICAÇÕES

Especificação dos resíduos a serem recolhidos

A Contratada deverá informar a Contratante o endereço completo do gerador o tipo e quantidade estimada dos resíduos não enquadrados nas especificações acima quando da ocorrência de tais fatos.

A coleta regular de resíduos de saúde deverá ser executada nas frequências, turnos e horários adotados em conformidade com as características da cidade.

A frequência e horários de coleta poderão ser modificados no período da vigência do contrato, podendo ser alterados em até uma hora os horários de início dos serviços ou podendo ser alterados os turnos e/ou frequências em determinadas áreas, a critério do SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de NOVA OLÍMPIA.

As frequências e turnos de coleta foram determinados, de forma a aperfeiçoar a utilização dos equipamentos coletores, sendo que toda coleta de resíduos de saúde deverá ter frequência como o quadro de frequência e lugares citados no item 4.2.

É de responsabilidade da Contratada a comunicação às unidades de recolhimento, através da distribuição de impressos a cada uma dessas unidades, sobre a correta forma de acondicionamento e do tipo de resíduos que neles podem ser dispostos, como também a frequência e horários dos serviços de coleta.

Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com o cuidado necessário para não danifica-lo e evitar o derramamento de resíduos contaminados nas vias públicas.

Cada equipe estimada para a execução da coleta de resíduo, é composta de 1 (um) motorista, 01 (um) veículo tipo furgão coletor, 02 (dois) coletores bem como as ferramentas de trabalho necessárias ao bom desempenho das funções.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



O motorista e os coletores deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizado e munido de todos os equipamentos necessários, inclusive EPI'S;

O motorista deverá seguir rigorosamente o roteiro de coleta, no horário previsto neste Termo de Referência;

Destino Final

A Contratada deverá transportar os resíduos de saúde coletados nas unidades, deverá possuir uma unidade onde armazenará de maneira a cumprir as normas e resoluções que se referem às condições de armazenamento para que seja dado o destino final para o mesmo, de acordo com as normativas e legislações vigentes citadas no item 2.1 deste Termo, sendo que no ato de entrega de pesagens para recebimento deverá constar também um relatório onde mostre a destinação correta destes resíduos em um lugar legalizado pela SEMA do estado de Mato Grosso.

8. DOS VALORES ESTIMADOS

- **8.1.** Após levantamento prévio dos preços praticados no mercado, estimamos o valor máximo das despesas com vistas à execução dos serviços, conforme quadro supra, considerados como referência para a Administração.
- **8.2.** Os preços apresentados na proposta serão irreajustáveis, salvo os casos especificados no Edital de licitação.
- **8.3.** Impostos, taxas e fretes devem estar inclusos nos preços ofertados.
- **8.4.** São vedados acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- 8.5. O valor total estimado da licitação e de R\$ 30.766,50 (trinta mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)

9. DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos serviços licitados com o serviço na respectiva nota fiscal e o atesto de recebimento definitivo do serviço, por responsável designado, e de acordo com a programação financeira deste Município.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO II PROCURAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL, CN	PJ, ENDEREÇO	COMPLETO),	por meio	de (NOME	COMPLETO	DO
REPRESENTANTE LEGA	AL, RG, CPF E C	QUALIFICAÇÃO	NA EMPRE	SA), constitui	como suficie	ente
PROCURADOR o Sr. (N	OME COMPLETO,	RG, CPF), outo	rgando-lhe ¡	ooderes gerais	para represe	ntar
a referida empresa na	a Licitação PREG	ÃO PRESENCIA	L Nº. 00/20	18, outorgand	do ainda pod	eres
específicos para efetu	ar o credenciame	nto, efetuar la	nces, interp	or recursos, as	ssinar contrat	os e
praticar todos os dema	ais atos necessário	os e inerentes a	io presente p	procedimento	licitatório.	

	de	de 2018.
Nome Completo do	Representante Lega	al e Qualificação na Empresa
Documento deve se	r apresentado fora	dos envelopes de Proposta e Habilitação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 000/2018

PROCESSO N.° 000/2018

OBJETO DA PROPOSTA: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA — MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E.

Item	Descrição	Qtde.	Especificação	V. Unitário	V. Total	
1						
	VALOR TOTAL					

CONDIÇÕES DA PROPOSTA:
Prazo de validade da proposta: dias.
(prazo mínimo: vide edital).
Prazo de execução dos serviços:
(prazo máximo: vide edital).
DECLARAÇÃO: Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os
impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.
Local/Data:dede 2018.
Assinatura e Carimbo
Renresentante da Emnresa



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



Obs.: Anexar ao Envelope n.º 1 – Proposta



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO IV

DADOS DA EMPRESA

D.	Δ	\Box	\cap	ς	\Box	Δ	FI	١/	D	R	F	$\subset I$	Δ
$ \boldsymbol{\nu}$	$\boldsymbol{\vdash}$	יש	U	.)	u	м		v	г	\mathbf{r}	ь.) <i>r</i>	-

RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ N.º:					
INSCRIÇÃO ESTADUAL:					
OPTANTE PELO SIMPLES:					
ENDEREÇO:					
TELEFONES:					
E-MAIL:					
DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO					
NOME DO BANCO:					
CIDADE:					
Nº DA AGÊNCIA:					
Nº DA CONTA CORRENTE:					
TITULAR DA CONTA					
CORRENTE:					
DADOS DO REPRESENTANTE	ELEGAL				
NOME COMPLETO:					
CARGO OU FUNÇÃO:					
IDENTIDADE N.º:					
CPF/MF N.º:					

Obs.: Anexar ao Envelope N.º 1 - Proposta



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e Data

Assinatura e Carimbo

Representante da Empresa

Obs.: Este documento deve ser apresentado fora dos envelopes de Proposta e Habilitação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇAO DE IDONEIDADE

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Modalidade
Pregão Presencial N.º 00/2018, junto ao Município de Nova Olímpia-MT, que a Empresa
inscrita no CNPJ sob o n.º, até a presente data não recebeu deste ou de
qualquer outro órgão da Administração Pública Estadual, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA, de
participação em licitações e/ou impedimento de contratar com a administração, assim como não
ter recebido declaração de INIDONEIDADE, para licitar ou contratar com a administração pública
federal, estadual, ou municipal e do Distrito Federal, não havendo assim FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO da mesma, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências
posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data

Assinatura e Carimbo

Representante da Empresa

Obs.: Anexar ao Envelope N.º 2 – Habilitação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CF

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menor de 18 anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuído ainda, qualquer trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme determina a Constituição Federal no seu artigo 7º, Inciso XXXIII.

Local e Data

Assinatura e Carimbo

Representante da Empresa

Obs.: Anexar ao Envelope N.º 2 – Habilitação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO VIII MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa
inscrita no CNPJ (MF) sob o №, estabelecida, prestou
o(s) seguinte(s) serviços (s):
Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos, foram cumpridos satisfatoriamente, inclusive
o cumprimento do prazo de execução dos serviços, nada constando em nossos registros, até a
presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.
Local e Data
Assinatura e Carimbo
Representante da Empresa
Obs.: Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação
Este Atestado deverá ser emitido em papel que identifique a entidade expedidora, e que
tenha recebido os serviços da empresa que deseja participar deste certame.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO IX MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME E EPP

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ N.º, sediada em (endereço), por intermédio de
seu representante legal portador do Documento de Identidade sob N.º e do
CPF N.º DECLARA, para fins do disposto no subitem 4.5 deste edital, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno
porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §
4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.
Loca e Data
Assinatura e Carimbo
Representante da Empresa
Obs.: Este Documento deve ser apresentado fora dos envelopes de Proposta e Habilitação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO X

MODELO DE DECLAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial SRP N.º 00/2018/PMNO, junto ao Município de Nova Olímpia-MT, que tomamos conhecimento de todas as informações, para cumprimento das obrigações, inteirando-se das condições técnicas do objeto da licitação.

Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

Local e Data

Assinatura e Carimbo

Representante da Empresa

Obs.: Anexar ao Envelope n.º 2 – Documentação



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



ANEXO XI

MINUTA DA ATA DE REGITRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º _____/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 000/2018

PROCESSO N.º 00/2018

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito
público interno, inscrito no CNPJ №, localizado na , localizado Rua Wilson de almeida
n.º 60, Bairro Jardim Ouro verde, CEP 78370-000 cidade de Nova Olímpia/MT, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, brasileiro, portador do Documento de
Identidade sob N.º e CPF/MF N.º, residente e domiciliado nesta
Cidade de Nova Olímpia-MT, considerando o julgamento do PREGÃO PRESENCIAL N.º 00/2018,
para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE
SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B
e E. RESOLVE registrar os preços da Empresa,, inscrita no CNPJ:
, localizada na, CEP, representada pelo Sr.
, portador do RG: SSP/ e o CPF:, nas
quantidades estimadas na CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja
proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado, conforme especificações
constantes no Anexo I, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as
constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis
nº 8.666/1993 e 10.520/2002, alterações e demais normas aplicáveis, em conformidade com as
disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- **1.1** A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA MT, CLASSIFICADOS PELOS GRUPOS (A, B e E. Conforme exigências do Edital e seus anexos.
- **1.2.** O valor registrado para cada item será conforme relatórios em anexo a esta ata.
- **1.3.** A ordem de classificação dos remanescentes será conforme mapa de lances em anexo a esta ata.
- **1.4.** O valor global para cada fornecedor registrado será conforme abaixo:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGISTRO DE PREÇOS

- **2.1** Os preços registrados por todos os participantes que tiveram suas propostas classificadas permaneceram registrados para possível convocação na ordem de classificação caso seja necessário.
- **2.2** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a prefeitura poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e fornecer o objeto deste Pregão em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nas seguintes hipóteses:
- **2.3** Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;
- **2.4** Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- **2.5** Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 2.2 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior;
- **2.6** Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual;
- **2.7** A existência do preço registrado não obriga A prefeitura a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições;
- **2.8** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Município promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 3.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 3.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 3.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 3.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 3.7. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
- 3.7.1. Pela ORGAO GERENCIADOR, quando:
- 3.7.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 3.7.1.2. A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 3.7.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 3.7.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- 3.7.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 3.7.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- 3.7.1.7. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- 3.7.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.
- 3.7.2 pela CONTRATADA, quando:
- 3.7.2.1 mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- 3.7.2.2 o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



3.7.2.3 à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registros de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, neste caso o Município, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e no Decreto 7.892/13 relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços.
- 4.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4 As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.5 O Município somente autorizará adesão à ata após ter realizado sua primeira aquisição ou contratação do objeto contratado.
- 4.6 Após a autorização do Município, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.8 O Município será o órgão responsável pelos atos, controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelo órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, o fornecedor para o qual será emitida a autorização de fornecimento/pedido.

CLAUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO DO OBJETO

- 5.1. Os serviços deverão ser entregues em local indicado pelo Município de Nova Olímpia-MT.
- 5.2. O prazo para a entrega dos serviços deverá ser em ate 24 horas, após o recebimento da Autorização da Secretaria.
- 5.3. Os pedidos serão feitos conforme necessidade dos departamentos, e a quantidade a ser entregue a sim como o local ou endereço será definida conforme solicitação/requisição emitidas pela mesma.
- 5.4. Os Serviços serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.
- 5.5. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da entrega, reservando-se ao Município de Nova Olímpia o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em conformidade com a quantidade e especificações contidas neste Edital e seus anexos.
- 5.6. No ato da entrega, caso os serviços sejam recusados, os mesmos serão devolvidos, devendo haver reposição de acordo com o estabelecido pelo Município.
- 5.7. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA SEXTA- DA ACEITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 6.1. A licitante vencedora deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.
- 6.3. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 6.4. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Prefeitura de Nova Olímpia.
- 6.5. Responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado ao Município de Nova Olímpia, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa a ser contratada, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução dos serviços.
- 6.6. Responsabilizar-se pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação expressa da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber.
- 6.7. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do Município de Nova Olímpia.
- 6.8. Indicar um profissional para atuar como preposto da empresa para tratar das questões relativas à execução dos serviços e ao faturamento.
- 6.9. Esclarecer, em tempo hábil, eventuais dúvidas e indagações do Município de Nova Olímpia.
- 6.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, designado formalmente pelo Município de Nova Olímpia, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato.
- 6.11. Prestar os serviços nas condições e prazos estabelecidos pelo Município de Nova Olímpia.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



6.12. Refazer os serviços que foram executados de maneira incorreta ou insatisfatória, sem ônus para o Município de Nova Olímpia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2018 e terão a seguinte classificação orçamentária:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.39.00.00.0102000000

06.060.0.2.10.302.0020.2130.3.3.90.39.00.00.0114000000

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 Para efeito de pagamento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá encaminhar as notas fiscais de fatura ao Departamento de Compras para sua conferência e posterior pagamento em dia pela contabilidade e tesouraria.
- 8.2 O número do CNPJ constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 8.3 O pagamento dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- 8.4 O pagamento será realizado até o 10º dia útil subsequente a emissão e entrega da Nota Fiscal.
- 8.5 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao FORNECEDOR REGISTRADO e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.
- 8.6 Caso os pagamentos não sejam efetuados nos prazos previstos neste Edital, por culpa do Município, o valor será atualizado monetariamente a partir daquela data, até a do efetivo pagamento, pelo índice oficial de correção monetária adotado pelo Governo Federal na época.
- 8.7 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 8.8 O pagamento será através de depósito bancário, em conta corrente, em nome da contratada, no Banco que a mesma informou em sua proposta.
- 8.9 Junto às Notas Fiscais ao FORNECEDOR REGISTRADO deverá obrigatoriamente apresentar Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetiva liquidação do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGAO GERENCIADOR

- 9.1 Efetuar com pontualidade à FORNECEDOR REGISTRADO os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- 9.2 Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;
- 9.3 Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;
- 9.4 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente edital, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;
- 9.5 Realizar o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do Contratado;
- 9.6 Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização;
- 9.7 Fornecer ao FORNECEDOR REGISTRADO as informações e a documentação técnica indispensável a execução dos serviços;
- 9.8 Comunicar, por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados com a contratação do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. O FORNECEDOR REGISTRADO obriga-se a fornecer o objeto deste certame, conforme as condições definidas no Edital.
- 10.1.1. Em nenhuma hipótese será aceita a subcontratação total ou parcial dos mesmos.
- 10.2. A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- 10.3. Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização do Município.
- 10.4. Permitir a fiscalização dos serviços e qualidade final por parte de representantes do ORGAO GERENCIADOR ou de quem esta indicar, devidamente credenciados, fornecendo-lhes todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao ORGAO GERENCIADOR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme o art. 70 da Lei 8.666/93.
- 10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.7. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao ORGAO GERENCIADOR.
- 10.8. Observar as normas legais a que está sujeita para execução dos serviços e apresentar, sempre que solicitado, esclarecimentos que comprovem a eficiência dos serviços.
- 10.9. Ressarcir o Município do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços, exceto quando isso ocorrer por exigência do ORGAO GERENCIADOR ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao ORGAO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência.
- 10.10. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização dos serviços, que não terão com o ORGAO GERENCIADOR qualquer vínculo empregatício.
- 10.11. Executar os serviços de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 10.13. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao ORGAO GERENCIADOR, ou ainda a terceiros, na execução do objeto da licitação, não sendo



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo ORGAO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº. 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 11.2 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Multas:
- I. Por executar os serviços fora do prazo pré-estabelecido pela ORGAO GERENCIADOR, determinados neste termo de referência. Multa de 5% (cinco por cento) do valor unitário do contrato;
- II. Por não estarem os serviços de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência. Multa de 5% (cinco por cento) do valor unitário do contrato;
- III. Por não atender solicitação de informações da fiscalização do Município de Nova Olímpia, dentro dos prazos estipulados. Multa de 2% (dois por cento) do valor unitário do contrato, por ocorrência;
- IV. Por não sanar imediatamente irregularidades identificadas pela fiscalização do Município de Nova Olímpia. Multa de 3% (três por cento) do valor unitário do contrato, por ocorrência;
- V. Não atendimento às demais obrigações contratuais. Multa de 1% (um por cento) do valor unitário do contrato, por irregularidade não especificada expressamente nas letras anteriores. A reincidência do não cumprimento de qualquer obrigação determinada neste Termo de Referência sujeitará à contratada, a critério da fiscalização do Município de Nova Olímpia, as multas de graduações mais elevadas, ou à rescisão contratual.
- VI. Considera-se como preço unitário do contrato, para fins de incidências de multas, o valor da última fatura.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



- VII. A soma das multas aplicadas sobre o valor da última fatura não poderá exceder o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato.
- c) Responder por perdas e danos ocasionados ao Município de Nova Olímpia, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a com o Município de Nova Olímpia, enquanto perdurarem os motivos.
- e) Suspensão temporária ao direito de licitar com o Município de Nova Olímpia, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Serviço ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Serviço.
- 11.3. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município de Nova Olímpia-MT, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei nº 8.666/93.
- 11.4. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.5. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa adjudicatária ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;
- 11.6. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa adjudicatária da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Nova Olímpia;
- 11.7. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;
- 11.8. Das sanções acima caberá o direito do contraditório e a ampla defesa.



Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações e Contratos CNPJ-03.238.920/0001-30



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE SERVIÇOS

- 12.1 A execução dos serviços do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do Município de Nova Olímpia.
- 12.2 A emissão das autorizações de serviços, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.
- 12.3 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Nova Olímpia poderá ou não contratar o objeto deste Pregão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

13.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial N.º 000/2018 e as propostas apresentadas pelas empresas no certame. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Bugres-MT para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Olímpia-MT, ... de de 2018.

Município de Nova Olímpia

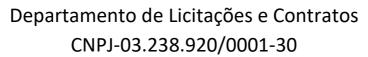
Órgão gerenciador da ata

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fornecedor registrado



Secretaria Municipal de Administração





Fiscal de Contra	ato:	
------------------	------	--

A)

B)

Testemunhas:

A)

B)